

História da Biblioteca da Assembleia da República

A Biblioteca da Assembleia da República é a antiga Biblioteca das Cortes criada «para o serviço do corpo Legislativo.»

As primeiras Cortes Constituintes da Nação Portuguesa de 1821 encontraram alojamento no Convento de Nossa Senhora das Necessidades e aí se começou a reunir uma pequena quantidade de obras impressas e documentos. Este núcleo mereceu a atenção do Deputado José Portelli, que apresentou em Fevereiro de 1821 à Comissão de Instrução Pública, uma «Memória de José Portelli ou Primeiras linhas sobre a formação da Biblioteca das Cortes.»

Por portaria de 17 de Agosto de 1826 e porque já não cabiam as duas Câmaras no Palácio das Necessidades, a Câmara dos Dignos Pares foi instalada no Palácio da Regência no Rossio e a Câmara dos Deputados na Casa da Suplicação no Terreiro do Paço. Aí permaneceram até 1828, não se sabendo em qual dos dois edifícios teria ficado o pequeno núcleo da Biblioteca das Cortes.

Em 27 de Agosto de 1833, uma portaria destinava o mosteiro de S. Vicente de Fora, onde existia uma rica livraria, à instalação das Cortes. Meses depois, por portaria de 4 de Setembro de 1833, tornou-se necessário instalar novamente as duas Câmaras Legislativas, tendo sido escolhido o antigo convento de S. Bento da Saúde ou dos Negros, que passou a denominar-se oficialmente Palácio das Cortes.

Em 22 de Outubro de 1836, um decreto ditatorial do Ministro Manuel da Silva Passos (*na figura*), referendado por D. Maria II, criava a Biblioteca das Cortes. Mas como o primitivo fundo era diminuto, foi criado pelo mesmo decreto uma Comissão encarregada da escolha do seu recheio bibliográfico e local de instalação. Dessa Comissão fizeram parte António Nunes de Carvalho da Costa Monteiro de Mesquita, bibliotecário da Casa Real, guarda-mor da Torre do Tombo e Director do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, João Vicente Pimentel Maldonado, bacharel em Direito e Arquivista da Câmara dos Dignos Pares e o Conselheiro Diogo Augusto de Castro Constâncio, oficial maior e Director da Secretaria da Câmara dos Pares.



O depósito Geral das Livrarias dos Extintos Conventos foi fornecedor de 7 300 volumes que a referida Comissão escolheu, provenientes, conforme nos indicam os seus ex-libris, da Livraria de Alcobaça, da Livraria privada de Frei Jacinto de S. Miguel, cronista da Ordem dos Jerónimos, da Comunidade de Belém, etc.

Também faziam parte das atribuições da Comissão elaborar um projecto de regimento para a Biblioteca, escolher funcionários para o seu serviço e proceder a aquisições por compra. O local escolhido para a sua instalação foi o coro da Igreja do Convento.

O Regulamento não foi logo elaborado mas sim umas «primeiras instruções provisórias» e conferida a direcção da incipiente biblioteca a Diogo Augusto de Castro Constâncio que, conhecedor da urgência de se tomarem providências quanto aos livros, apresentou, em Janeiro de 1838, ao Presidente da Comissão Administrativa das duas Câmaras, um projecto de regulamento que não teve grande aceitação.

Significativo do pouco interesse que havia pelo desenvolvimento e condigna instalação da Biblioteca é o facto que, quando da eleição de D. Pedro V em 1855, como esta se fizesse na sala onde estavam as obras (o actual salão nobre do Palácio), foram as obras

transferidas para outras dependências e as estantes entaipadas para não prejudicarem a sumptuosidade do cerimonial. E as obras, mal instaladas, ou melhor: empilhadas a monte numa sala imprópria e sem condições, aí permaneceram ainda alguns anos, neste abandono e esquecimento que se tornou conhecido quando em 14 de Março de 1863 um jornal da época «A Revolução de Setembro», publicou um artigo em que descrevia com pormenor o estado da Biblioteca das Cortes.

Mais tarde o Digno Par Marquês de Niza, na sessão de 19 de Junho de 1863, denunciou este estado de coisas à Câmara dos Pares e requereu que a Mesa fosse autorizada, de acordo com a Câmara dos Deputados, a nomear um bibliotecário interino, requerimento que mereceu do Marquês de Valada algumas considerações e uma proposta para que o lugar de bibliotecário fosse provido por concurso. Mas ainda mais tempo os livros estariam sem que os soubessem cuidar, assim como os documentos manuscritos que formavam o Arquivo das duas Câmaras, porquanto em 3 de Fevereiro de 1864 o próprio Marquês de Niza mudou de ideias e retirou a proposta. O Digno Par Silva Ferrão, nessa mesma sessão, por parte da Comissão encarregada de examinar a anterior proposta do Marquês de Niza, explicou os motivos por que não o tinham feito, e mandou para a Mesa nova proposta pedindo a nomeação de um bibliotecário.

Mas o assunto não ficara esquecido e na sessão de 25 de Maio o Marquês de Valada voltou a insistir na sua anterior proposta. Em 9 de Janeiro de 1866 a mesma Comissão apresentou um Parecer, o n.º 17, que foi publicado no Diário de Lisboa de 1 de Fevereiro de 1866.

De 1892 a 1893 ocupou o lugar Clemente José dos Santos, Barão de S. Clemente, Chefe da Repartição da taquigrafia e notável historiador das Cortes Gerais da Nação Portuguesa. A sua biblioteca particular, constituída por 670 volumes de preciosas obras, foi adquirida pelo Estado para a Biblioteca das Cortes.

Mas apesar de tudo a Biblioteca não tinha aquele desenvolvimento, quer em obras quer em catalogação, que seria de desejar.

Em 1941 o bibliotecário Álvaro Neves refere no seu relatório que «Colocados em instalações provisórias, sabe-se que em 1863 estavam em estantes 1 700 volumes e os restantes amontoados em duas pequenas casas, mudados sempre com pressa como em 1911, «atabalhoadamente em quinze dias» e em 1919 retirados para a parte noroeste do edifício ainda em menos dias. Ora ocupavam novos compartimentos, mal estavam arrumados os livros, vinha nova ordem de transferência.»

Assim se justificaria a impossibilidade durante anos de se fazerem catalogações. Em 1920 o Secretário da Comissão Administrativa, já citado, desejando «que a Biblioteca do Congresso fosse um órgão de trabalho» escolheu o local do Palácio onde, vinte anos depois, foi feita a inauguração, e procurou criar uma orgânica técnica para a eficiência da Biblioteca.

Em 1921 foi elaborado o «plano de organização biblioteconómica adaptável à instalação provisória e definitiva.»

O local do Palácio são as actuais instalações nas quatro salas da ala norte.

A armação das estantes, com galeria, é feita em carvalho do Norte.

Na sala de leitura foi colocado o busto de passos Manuel (Manuel da Silva Passos), executado por Camels. Foi proposto pelo Deputado Mendes Leal em sessão de 20 de Janeiro de 1862.

Em 1936, fazia cem anos de existência a Biblioteca e para sua comemoração foi deliberado promover uma exposição das espécies dos Séculos XV e XVI com o respectivo catálogo e editar a obra «Livros de S. Bento» da autoria de Joaquim Leitão.

Também deste escritor é a obra «O palácio de S. Bento» que, com as outras duas obras, constituem o «triumvirato documental» do caminho percorrido da Livraria das Cortes até à Biblioteca da Assembleia da República.

Em 1986, no âmbito das comemorações do 150º aniversário da criação da Biblioteca por Passos Manuel, o Senhor deputado Raúl Rego profere uma conferência onde relata os marcos mais importantes da história da Biblioteca, reclamando pela sua modernização e abertura ao exterior, não esquecendo que se estava na era da informática.

Em 1989 a Biblioteca iniciou a informatização do seu catálogo com a aquisição do software Documenta, tendo em 1994 também implementado a gestão dos periódicos com o módulo de Kardex e desenvolvido um módulo de aquisições em Access. Ainda neste ano, verificando que as estantes já não suportavam o crescimento de mais publicações, foram retiradas todas as obras dos séculos XV a XVIII dos armários das salas do andar nobre e colocadas num espaço com condições de segurança e de preservação das espécies.

Em 1997, como aquelas aplicações informáticas tinham várias limitações, foi nomeado um Grupo de Trabalho para estudar as condições de migração das bases de dados de Documenta e para a apresentação de um modelo integrado de gestão de informação. Neste mesmo ano, a Senhora Secretária-Geral da Assembleia da República apresentou à Comissão Eventual para a Valorização do Património Histórico, Físico, Cultural e Artístico da AR um relatório elaborado pelo Responsável pela Biblioteca, no qual foram apresentadas as questões fundamentais para a modernização da Biblioteca, as quais se resumem no essencial à necessidade de espaços mais adequados para as publicações e para os serviços técnicos, à reformatização e à reconversão retrospectiva de todo o fundo não tratado informaticamente.

Em 1999 foi adquirido o software Aleph - sistema integrado de gestão de bibliotecas - que possibilitou a normalização do tratamento documental, a disponibilização do catálogo na Intranet em Outubro de 1999 e na Internet em Fevereiro de 2001 e o início da reconversão retrospectiva que se prevê estar concluída no princípio de 2002.

Quando concluído o projecto de modernização acima referido, a Biblioteca poderá então aprofundar a sua relação com os seus utilizadores internos e terá melhores condições para se poder abrir ainda mais com o exterior.

Como dizia Raúl Rego, "... metendo ombros ousados à tarefa de modernização dessa Biblioteca e teremos honrado a memória de Passos Manoel, de todos os vintistas, setembristas, patuleias, republicanos, mais do que se lhe tivessem erguido uma estátua em grande praça pública.

Palácio de São Bento, 2001-03-14

O Responsável pela Biblioteca

José Luís Tomé

*** Referências para a elaboração deste texto**

- REGO, Raul - **À Biblioteca da Assembleia da República**: Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 1986, 24p.

- SILVA, Maria das Dores Lopes da- **Resumo histórico da Biblioteca, do Arquivo e do Museu da Assembleia da República**. Lisboa: Secretária - Geral da Assembleia da República, 1977.16p.